

Estudantes Africanos dos PALOP em Redenção, Ceará, Brasil: Representações, Identidades e Poder

African Students from the PALOP in Redenção, Ceará, Brazil: Representations, Identity and Power

Daniele Ellery Mourão¹
Carla Susana Além Abrantes²

Resumo

O presente artigo propõe uma reflexão sobre as representações que envolvem estudantes africanos em Redenção, Ceará, Brasil que são parte da experiência social promovida pelas novas políticas públicas de integração e inclusão com a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) em 2010. O percurso investigativo desta reflexão foi realizado a partir da observação e participação das autoras no campo empírico em sua busca por conexões entre imagens, discursos e situações. As diferenças sentidas e vividas pelos estudantes estrangeiros vindos dos países africanos de língua portuguesa nas suas interações cotidianas passam a ser percebidas teoricamente como uma construção identitária marcada por elementos raciais e étnicos dentro de circunstâncias particulares e situacionais (BARTH, 2003). A partir dos conflitos e da ausência de comunicação entre estrangeiros e brasileiros, o artigo identifica a experiência herdada de regimes dominantes de representação sobre os povos negros (HALL, 1990) no Ceará e avança em questões que conectam os processos identitários, o racismo e o exercício de poder no mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Identidades. Relações étnico-raciais. Cooperação internacional. Regimes de representação. Poder.

Abstract

This paper discusses the representations inscribed in the experience of african students in Redenção – city localized in the countryside of Ceará, Brazil – as part of a social reality promoted by the public policies of integration and inclusion which emerged with the International University for the Luso-Afro-Brazilian (Unilab) in 2010. The investigation was possible through observation and participation that allowed connections between images, discourses and local situations. The differences that are felt and lived by the foreign students are understood as part of the identity construction organized through ethnical

¹ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2013). Professora do curso de Licenciatura em Sociologia junto ao Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Campus da Liberdade (UNILAB, Redenção, CE, Brasil). E-mail: ellerymourao@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6226-9943>.

² Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (2012). Professora de Antropologia junto ao Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB, Redenção, CE, Brasil). E-mail: sabrantes@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9048-7622>.

and racial biases in a particular and situational context (BARTH, 2003). Through the conflicts and an interexchange of communication almost inexistent between foreigners and locals, the article identifies the heritage of dominant regimes of representation of the black people (HALL, 1990) in Ceará and aims to establish connections between the identity processes, racism and the exercise of power in the contemporary world.

Keywords: Identities. Racial and ethnical relations. International cooperation. Representational regimes. Power.

Introdução

O encontro entre jovens vindos de diferentes regiões e países para a formação no ensino superior em cidades que oferecem (ou passaram a oferecer) novos cursos de graduação e pós-graduação é um fenômeno recente nos últimos anos no Brasil. Este artigo desenvolve questões que estão crescendo na experiência social promovida pelas novas políticas públicas de integração e inclusão e focaliza, em especial, situações observadas a partir da criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) em Redenção.

Localizada no interior do Ceará, Brasil, a 60km da capital Fortaleza, a Unilab tem como projeto o desenvolvimento tecnológico e científico da região do Maciço de Baturité, a que se define como uma política de interiorização, bem como a cooperação com Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). As integrações regionais e internacionais estão colocadas para todos os que se envolvem nessa construção institucional (docentes, técnicos administrativos, estudantes), sendo o deslocamento geográfico-cultural uma das principais características dos que chegam à universidade, tanto de brasileiros como de africanos.

Neste artigo, estaremos trabalhando com as representações sobre os estudantes africanos acionadas nas interações cotidianas, buscando uma reflexão sobre a reorganização de identidades que, como veremos, encontram-se permeadas por conflitos e uma ausência de comunicação. Se considerarmos as propostas de Hall (1990) quanto ao caráter traumático da experiência colonial e os modos como os povos negros e as experiências negras estão sujeitos a regimes dominantes de representação - ou seja, estão constrangidos pelo exercício do poder e de normalização críticos -, o contexto que encontramos na cidade de Redenção desde 2011 permite aprofundarmos um pouco mais certas questões no que se refere ao racismo, à constituição dos processos identitários e à forma como se constituem as relações de poder no mundo contemporâneo.

A chegada de estudantes africanos para estudos no Brasil não é uma novidade. De certa forma, a criação da Unilab complementou os já existentes Programas de Estudante Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG). Desde 1965 (graduação) e 1981 (pós-graduação), estudantes africanos e outros chegam ao Brasil beneficiados por esses programas conduzidos pela política externa brasileira³. Entretanto, o modelo de uma universidade “lusó-afro-brasileira” desenhado para receber cinquenta por cento (50%) de estudantes africanos criou condições de expansão do acesso ao ensino superior para diferentes classes sociais e regiões dos países de origem (e não apenas para as elites

³ Desde os anos 2000, houve mais de 9.000 selecionados para o PEC-G, sendo a África o continente de origem da maior parte dos estudantes, com 76% dos selecionados, com destaque para Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola. Para um estudo que explora a questão, ver Duarte (2016).

nacionais). Além disso, em sua proposta, docentes (a maioria brasileiros, mas também africanos) foram contratados a partir de suas especializações e áreas temáticas para atender a esse público, o que diferencia a Unilab das demais universidades públicas brasileiras (ABRANTES, 2014a). A criação dessa universidade reafirmou, assim, a importância dada à formação superior como um elo da política externa entre países, o que também incrementou o campo das relações políticas, econômicas e culturais com o continente africano, em especial no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Essa concentração de indivíduos deslocados de suas cidades de origem para uma pequena cidade de pouco mais de vinte e cinco mil (25.000) habitantes se apresenta, assim, como o cenário onde procuraremos tecer algumas considerações sobre o encontro entre África e Brasil. Esse fluxo internacional está inserido em um contexto complexo de migração especial, marcado pela situação temporária ou transitória dos indivíduos, diferente de um movimento de deslocamento entre um país de origem e um de acolhimento ligado ao trabalho (MOURÃO, 2009, 2016; MUNGOI, 2006; SUBUHANA, 2005). Ao carregarem a marca da transição, os deslocamentos geram incertezas e descobertas, impondo questões e desafios para todos os envolvidos, com consequências tanto para os que migram como para os que recebem os estudantes nos países de acolhimento.

Assume-se que este fenômeno do fluxo internacional de estudantes permite uma reflexão sobre a questão identitária, sobretudo, na medida em que os estudantes africanos passam a viver em um país como o Brasil estruturalmente negro e mestiço, mas que não se reconhece como tal (GUSMÃO, 2008). Como veremos neste artigo, as relações sociais decorrentes desse processo de trânsito para estudo na Unilab ativam tensões raciais e conflitos identitários que, embora não sejam novidade, permitem que percorramos uma reflexão estabelecida a partir do encontro. A diferença social que está colocada como central neste artigo é organizada como um *constructo*⁴ de circunstâncias particulares - interacionais, históricas, econômicas, políticas - e percebida como situacional e não primordial (BARTH, 2003). Ou seja, por meio da participação no campo de pesquisa, as questões raciais e étnicas passam a ser trabalhadas teoricamente a partir de marcas dos discursos no contexto em que são percebidos.

Com esse percurso de investigação, nota-se que embora o racismo seja estrutural no Brasil, regionalmente, no Ceará, o fenômeno ocorre de modo muito particular diante, sobretudo, de narrativas acadêmicas que justificaram o apagamento da identidade negra (MARQUES, 2013). É nesse sentido que uma grande ênfase será dada ao modo como a questão da escravidão dos descendentes de africanos é reconstituída localmente, procurando explicitar a força que tal discurso possui ao reafirmar e celebrar o pioneirismo do Ceará ao longo do século XX quanto às lutas abolicionistas. Tal fato é justificado por ter sido em Redenção onde se realizou o ato de abolição da escravatura em 1883, e o Ceará o primeiro estado do Brasil a ratificar a liberdade da população negra. A partir de então, se construiu uma narrativa historiográfica, e do senso comum, que afirma e justifica que “no Ceará não tem negros” (FUNES, 2000; GONÇALVES; FUNES, 1988; MARQUES, 2013).

Tais imagens e representações podem ser melhor entendidas ao se observar a especificidade do racismo no Brasil, que para Munanga (2000, p. 11) está assentado nas ambiguidades e sutilezas de um fenômeno que se define quando determinadas

⁴ Para a grafia utilizada neste artigo utilizam-se as aspas para suspender o sentido imediato de alguns termos relevantes para o universo empírico sob análise bem como para citações de autores. O uso do itálico corresponde a termos em língua estrangeira, como é usual.

características biológicas são ressaltadas para justificar comportamentos e qualidades psicológicas, morais, intelectuais ou culturais. De outra parte e em complementação ao exposto acima, as imagens estereotipadas sobre a África são frequentemente acessadas nos discursos e contribuem para manter distância, desqualificar comportamentos ou mesmo oportunizar uma expressão violenta e constrangedora nas interações. A recepção desses conteúdos pelos estudantes estrangeiros causa estranhamento, uma vez que contrastam com a imagem prévia (e ilusória) que tinham do Brasil como um país “sem preconceitos”.

Este artigo está dividido em três partes, apresentando na sua primeira seção uma reflexão sobre as condições que viabilizaram esta pesquisa, tanto relativo ao cenário da Unilab como também à inserção das pesquisadoras. Em seguida, far-se-á uma reconstituição das propostas intelectuais sobre a abolição da escravidão, das imagens encontradas na cidade de Redenção bem como a sua participação dos povos descendentes africanos na sociedade brasileira, em especial cearense, procurando eixos argumentativos que podem contribuir para explicar o presente de interações dos estudantes. E por fim, localizaremos repertórios e falas recolhidas em interações cotidianas dos estudantes internacionais (de países africanos) de modo a agrupar aspectos da cultura contemporânea e condutora de identidades.

Inserção no Campo e Condições Para a Pesquisa

As visões culturais e seus processos de negociação nas situações vividas pelos estudantes estrangeiros que chegam a Redenção como alunos do ensino superior da Unilab dependem do cenário onde as interações têm lugar bem como as possibilidades do acesso do pesquisador às informações. Nesta seção, procuramos apresentar as condições de possibilidades para a pesquisa, sugerindo a partir de Berreman (1975) que os métodos da investigação, quando evidenciados, são cruciais para os resultados alcançados, garantindo que as experiências retratadas no texto possam ser consideradas para uma reflexão do mundo contemporâneo que vivemos e para uma antropologia pós-colonial. A interação entre os participantes da pesquisa e o pesquisador, onde se prioriza a interlocução, como propõe Clifford (2008), mostra-nos também como os dados da pesquisa são construídos em uma busca de se minimizar as assimetrias, hierarquias e posição de autoridade do pesquisador em relação aos sujeitos.

Assim, o conhecimento é produzido em diálogo com os interlocutores, no sentido de uma antropologia negociada no campo de pesquisa. Tal operação é semelhante à metodologia de produção dos filmes etnográficos, onde a clássica relação entre observador e observado presente na antropologia, como apontou Coelho (2012), ganhou uma outra dimensão. Isso ocorreu sobretudo com Jean Rouch, antropólogo e cineasta de destaque na história do documentário etnográfico e do cinema, trazendo em seus trabalhos uma presença assumidamente reflexiva. “Quem filma (observador) e quem está sendo filmado (observado) constroem e investigam juntos e ao mesmo tempo” (COELHO, 2012, p. 758), constituindo-se assim uma “antropologia partilhada”.

O deslocamento de jovens para Redenção se insere no contexto da criação e implementação de políticas públicas brasileiras. A Unilab é uma universidade criada em 2010 (com funcionamento iniciado em 2011), conta com três *campus* no estado do Ceará (Auroras, Liberdade e Palmares) e um no estado da Bahia (Malês) e foi projetada para receber cinco mil (5.000) estudantes de origem brasileira (50%) e dos países de língua

portuguesa do continente africano (50%). No período de realização da pesquisa, em 2016, a universidade contava com um total de 2.666 estudantes de graduação (1.949 do Brasil, 438 de Guiné-Bissau, 51 de Angola, 77 de Cabo Verde, 20 de Moçambique e 62 de São Tomé e Príncipe e 69 do Timor Leste), ou seja, quase 27% de estudantes africanos. As instalações da instituição foram sendo construídas desde o início das atividades: edifícios novos, de grande porte, com equipamentos de qualidade e amplas estruturas acessíveis por meio de uma rede de transportes coletivos que funcionavam nos turnos diurnos e noturnos. Enquanto aguardavam a finalização do edifício de residência universitária, os estudantes residiam em apartamentos construídos por famílias e pequenas empresas da cidade de Redenção (ou até mesmo outras localidades vizinhas), sem a intervenção da administração pública. Em geral, os estudantes brasileiros eram oriundos de diferentes cidades da região denominada Maciço de Baturité⁵, de onde se deslocam todos os dias e noites para as aulas⁶.

Com um total de 26 426 habitantes, Redenção passou a receber um fluxo intenso de estudantes internacionais e brasileiros desde 2011. A pequena cidade conta com muitas características do mundo rural (com 11 218 habitantes vivendo no campo e 15 142 habitantes na zona urbana)⁷, com muitas famílias de agricultores na região do Maciço de Baturité. Porém, apresentava grande especulação imobiliária no centro da cidade e comércio desenvolvido após a chegada da universidade. Na cidade há três agências bancárias, três grandes supermercados e vários mercadinhos, restaurantes, pousadas, lojas de eletrodomésticos, móveis, perfumaria, rouparia etc., embora ainda uma cidade sem saneamento básico e uma boa organização da coleta de lixo.

A vinda sistemática de um grande número de estudantes de países africanos para viver e/ou estudar na cidade tem provocado alguns incômodos entre os envolvidos nessas experiências de contato. As relações sociais são construídas, muitas vezes, por meio de estranhamentos mútuos e situações de rejeição, ativadas por antigos e novos conflitos identitários e raciais. Da parte de alguns moradores, o argumento é que “ninguém perguntou a eles se eles queriam a universidade lá”, fato que tem modificado muito rapidamente o cenário urbano, aumentando a demanda por moradia, com um crescente processo inflacionário nos aluguéis de casas, apartamentos e serviços (em geral precários), dificultando a acomodação de estudantes, professores e população em geral. Ao mesmo tempo em que a instalação da universidade, com o maior fluxo de pessoas, traz desenvolvimento para Redenção – com mais oportunidades de negócios e postos de trabalho para a população local, além da possibilidade de muitos jovens da região do Maciço de Baturité poderem ter acesso à formação superior – o aumento da população gera grande agitação e rápidas mudanças nem sempre bem-vindas.

Os estudantes internacionais dos PALOP, homens e mulheres, interlocutores da pesquisa tinham idade compreendida entre 18 e 28 anos e viviam no Ceará há mais de um ano e menos de seis. Embora esse grupo de estudantes não fosse homogêneo, as suas narrativas expressavam de modo geral a difícil decisão de deixar o país natal, os

⁵ O Maciço é uma formação geológica localizada no sertão central cearense, composta pelos municípios de Pacoti, Palmácia, Guaramiranga, Mulungu, Aratuba, Capistrano, Itapiúna, Baturité, Aracoiaba, Acarape, Redenção, Guaiúba, Barreira e Ocara.

⁶ A formação graduada na Unilab se concentra, no Ceará, nos cursos de administração pública, agronomia, ciências biológicas, engenharia de energias, física, humanidades, antropologia, história, sociologia, pedagogia, letras e matemática. A universidade vem ampliando desde 2015 a sua oferta de cursos de pós-graduação, o que complementa um ensino superior diferenciado, voltado para áreas do saber relevantes para os processos de desenvolvimento do interior do país bem como no âmbito da cooperação internacional sul-sul.

⁷ Dados referentes ao censo de 2010/IBGE.

familiares, amigos, amores, entre outras coisas, em busca do sonho da formação superior e de uma vida melhor. A grande maioria está vivendo pela primeira vez fora da casa dos pais, experimentando diversos desafios que são comuns a todos: como gerir o dinheiro do auxílio financeiro recebido pela instituição ou enviado pelos familiares, dividir moradia com outros colegas de curso de diferentes nacionalidades, negociar diferenças entre colegas de mesma origem, como também com os estudantes brasileiros e a população local, vivenciando, muitas vezes, e pela primeira vez, os sentimentos de rejeição e desconfiança⁸. Dessa forma, o tema aqui tratado surge do desconforto que esses estudantes expressaram em relação à discriminação racial, levando as pesquisadoras a refletir sobre o preconceito percebido por esses estudantes que passam a ser identificados como “estrangeiros”, “negros” e/ou “africanos” ao chegar ao Brasil.

A observação de como os estudantes, homens e mulheres, constroem suas relações sociais e negociam identidades na relação cotidiana com outros estudantes de diferentes nacionalidades e com a população local, e de como constroem narrativas e percepções sobre suas experiências de vida no novo contexto social, dependeu de um longo envolvimento que uma das pesquisadoras estabeleceu com esse campo de pesquisa desde 2002, no qual refletiu sobretudo acerca dos temas da construção de identidades e nacionalidades.

Para além disso, a aproximação do cotidiano desses jovens foi possibilitado pela experiência de realização de um documentário etnográfico de longa-metragem intitulado *Do Outro Lado do Atlântico*⁹, o qual abordou o universo de estudantes dos PALOP no Brasil, com atenção especial às trajetórias de estudantes da Unilab, em Redenção, permitindo explorar situações que ao serem gravadas viabilizaram o registro e a profundidade necessária para uma percepção das sutilezas dos encontros entre a diferença que encontramos hoje no contexto dessa circulação acadêmica no Ceará. Ressalte-se que o documentário é parte de uma trilogia de filmes¹⁰ realizados pela Dra. Daniele Ellery na interlocução com estudantes dos PALOP no Brasil, em Portugal, Guiné-Bissau e Cabo Verde, que possibilitou compor um quadro processual e comparativo sobre as experiências de vida de estudantes dos PALOP, de várias gerações, ao longo de mais de dez anos de pesquisa.

Entre 2016 e 2017, durante a pesquisa para o projeto “Estudantes africanos na Unilab: reconfigurações identitárias no Maciço de Baturité”, inserido em um Pós-Doutorado de Desenvolvimento Científico Regional (DCR), mergulhou-se mais a fundo nas relações cotidianas em sala de aula, nas orientações de alunos das humanidades e

⁸ Destaque-se que os estudantes internacionais se relacionam prioritariamente por nacionalidade, sendo visível tanto em sala de aula como fora da universidade, em momentos de lazer, que as relações sociais são estabelecidas privilegiadamente por nacionalidade, bem como no momento de dividir moradia. Isso não quer dizer que os estudantes de nacionalidades diferentes não convivam, dividam casas e nem se relacionem entre si, mas que é mais comum encontrar uma maior homogeneidade nas moradias e locais de sociabilidade frequente.

⁹ Gravado em 2014 e lançado em 2016, o documentário foi realizado com estudantes dos PALOP em Redenção, Fortaleza, Rio de Janeiro e em três ilhas de Cabo Verde. Na Unilab, as entrevistas contaram com a interlocução privilegiada de 9 estudantes de distintas nacionalidades - 5 mulheres (1 guineense, 2 cabo-verdianas, 1 são-tomense e 1 timorense) e 4 homens (1 guineense, 1 cabo-verdiano, 1 angolano, 1 moçambicano e 1 timorense), com os quais a pesquisadora continuou dialogando, a partir de 2016, durante a pesquisa para este artigo. O filme tem contribuído para diversos debates sobre a produção de conhecimento em audiovisual, refletindo sobretudo acerca da questão racial no Brasil, as desigualdades e a relação ambígua da sociedade brasileira com suas populações negras.

¹⁰ *Identidades em Trânsito* (Doc. 2007. 20min), *Do Outro Lado do Atlântico* (Doc. 2016. 90min) e *Partir, Permanecer, Regressar* (Doc. 2018. 30 min).

antropologia, sob a responsabilidade da profa. Dra. Susana Abrantes e no grupo de pesquisa¹¹ que acolheu e no qual se desenvolveu esse projeto¹². O vínculo entre a pesquisadora DCR e a docente da universidade, antropóloga e especialista nas questões de colonialismo, processos de formação de Estado e construção das nações, forneceu pontes de diálogo entre as autoras, a oportunidade de uma observação participante e reflexões sobre o registro etnográfico. Foi nesse contexto que um aprofundamento teórico foi possível, desenvolvido a partir do diálogo com os estudantes internacionais e brasileiros que faziam parte do grupo de pesquisa e com investigações individuais, na época, em trabalhos de conclusão de curso na área de humanidades sobre questões identitárias nacionais e étnicas.

Em meio às conversas e observações no decorrer da pesquisa DCR, em momentos de interação na Unilab e na cidade de Redenção, os estudantes partilharam sentimentos de estranhamento sobre a nova realidade encontrada, revelando a percepção de conflitos e tensões étnico-raciais acionadas por meio das interações sociais entre eles, os estudantes brasileiros da região do Maciço de Baturité e a população local, nos desafiando refletir sobre essas interações dentro e fora da universidade. As reflexões deste artigo foram geridas, assim, dentro de condições particulares do fazer antropológico ao estarem situadas no contexto de trabalho das pesquisadoras que se caracterizou por um cenário onde novas relações eram iniciadas entre jovens estrangeiros e a sociedade brasileira. Circunscrita a essa realidade e à experiência de pesquisa das autoras, se observou a necessidade de um maior aprofundamento sobre as questões étnico-raciais que são a base para a construção de identidades nesse contexto. Assim, na seção a seguir apresentaremos uma breve reconstituição histórica de algumas representações que envolvem a presença dos descendentes africanos no Ceará.

Invisibilidade Negra e os Vínculos com a Escravidão

Várias são as imagens ambíguas que povoam o imaginário social dos estudantes brasileiros sobre a África e os africanos. Como nos lembra Said (1990, p. 24), a distribuição de uma consciência geopolítica nos discursos ao longo do tempo e das diversas geografias foi composta dentro de jogos de interesses de grupos políticos, econômicos, culturais, morais etc. Essas representações estão inscritas nos modelos de um discurso global que herdamos e que, para além do oriente, inscreve tendências sobre como percebemos os povos africanos e latino americanos (APPIAH, 1997; MACAMO, 2002; MUDIMBE, 1988). Ao nos aproximarmos desses discursos, encontramos os antigos pressupostos de uma concepção hierárquica que equaciona e diferencia povos “mais aptos” e “menos aptos” à civilização. Ou seja, trata-se de uma narrativa que dispõe de uma classificação cultural onde alguns são percebidos como superiores e outros como inferiores.

Além disso, são relevantes as concepções racializadas que marcam a diferença a partir do biológico e nos levam a refletir sobre as definições e significados atribuídos à negritude, seus usos e sentidos históricos. Munanga (1988) destacou que sem o processo de escravização e colonização dos povos no continente africano, a negritude nem teria

¹¹ O grupo de pesquisa "Cooperação internacional e tradições de conhecimento - política, território e cultura" é coordenado pelas profas. Dras. Maria Macedo Barroso e Susana Abrantes.

¹² O projeto de pesquisa “Estudantes africanos na Unilab: reconfigurações identitárias no Maciço de Baturité” da Dra. Daniele Ellery e supervisão da Dra. Susana Abrantes foi financiado pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) e pelo Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq).

nascido como conceito. Segundo o autor, o esboço das condições históricas que provocaram o surgimento da noção de negritude no contexto escravocrata e colonial, sua justificação e legitimação, implicou sempre em uma inferiorização dos povos africanos em relação aos europeus, definidos como brancos.

Outro ponto a ser destacado se refere ao exotismo muitas vezes atribuído a povos que ao longo dos processos históricos se diferenciaram dos europeus pela cultura no contexto de expansão econômica e científica. Nas falas contemporâneas ainda é recorrente encontrarmos a percepção de que pelos estudantes serem “nativos” da África apresentam uma diferença marcada pela essência de um modo de viver, de se organizar e de se expressar que é fixa, imutável e localizada geograficamente. Como propôs Appadurai (1992), o “outro” (muitas vezes concebido a partir da própria antropologia) encontra-se compartimentado em um discurso que o vê como essência e distante do que é familiar. Em um cenário de intensa mobilidade e trocas equacionadas a longas distâncias, como as que vemos no desenrolar do século XXI, essas identificações relacionadas ao exótico e compartimentado em uma essência ficam bastante visíveis, passando a ser percebidas em seu aspecto violento e hierárquico e, portanto, objeto de questionamento e denúncia.

Não é menos importante compreender as singularidades dessa construção discursiva a partir de vetores que a reorganizam na cidade de Redenção. Na breve arqueologia das ideias intelectuais que faremos nesta seção (FOUCAULT, 2000), é possível acessar de modo mais profundo os feixes de representações acionadas nas interações entre estudantes brasileiros, população local e os estudantes dos PALOP. Nesse percurso colocar-se-á ênfase para os marcadores raciais e culturais tecidos nessa região, procurando mostrar uma expressão singularizada dessa temática no Ceará.

No contexto do “grande feito abolicionista” ocorrido em 1883 - antecipando a onda de abolição da escravatura no Brasil que só viria a ocorrer com a assinatura da Lei Áurea no Rio de Janeiro em 1888 - a cidade de Redenção recebeu as alcunhas de “Berço das Auroras” e “Rosal da Liberdade”. A abolição naqueles finais do século XIX transformou não apenas a pequena cidade, mas também se colocou como evento central da identidade da capital Fortaleza e da sociedade cearense que passou a aceitar de forma ampla e não questionada, até os dias atuais a ideia de que “não existem negros no Ceará”.

Na cidade encontramos inúmeras referências ao evento abolicionista. Os dois maiores supermercados recebem os nomes de “Redenção” e “Abolição”. Imagens onde homens e mulheres de pele negra são exibidos quebrando correntes presas aos seus braços estão representadas em pinturas nos muros e por estátuas nas praças, marcando um fato histórico da cidade antes do evento abolicionista. Há um grande monumento na entrada da cidade com a imagem de uma “mulher negra nua” que, segundo essa representação, haveria rompido as amarras da escravidão e que contrasta com o busto de uma mulher branca, a princesa Isabel, assentado na praça principal e menos conhecido pelos participantes da cena social. Existem ainda na cidade dois museus que guardam em seu acervo documentos e objetos de personalidades históricas e sacras, e objetos de tortura do período escravocrata. O museu “Senzala Negro Liberto” e o “Museu Histórico e Memorial da Liberdade” possuem eles próprios características particulares de constituição de seus acervos e discursos que têm variado desde a criação da Unilab.

Para além dessas referências presentes nessas representações, que reforçam ter havido uma relação escravocrata entre senhores e povos que chegaram da África antes da abolição, é notório que também contemplemos as questões ecológicas e econômicas da região. Pordeus Junior (2002, 2003) ressaltou que foi a partir da criação de uma diferenciação entre o modo de produção escravista no Ceará (mais restrito à produção açucareira, e com menor necessidade de mão-de-obra) e o modo de produção nos estados vizinhos (voltados para diversas atividades econômicas, como a cultura do algodão, cacau, café, etc.) que se criou o “mito da não existência de negros” no local. Tal crença, assim se justificaria pela prerrogativa de que o Ceará havia recebido uma menor quantidade de escravizados do que outros estados do Nordeste. Isto é, os negros não poderiam existir fora do modo de produção escravista. O “mito da sua não existência” se cristalizou na formação da identidade cearense, apagando a “memória da negritude”, a complexidade da dinâmica cultural e social dos povos de origem africana, suas formas de resistência e manifestações culturais, invisibilizando ainda os trabalhadores livres, assalariados e proprietários de terras negros e a sua contribuição na formação do Estado (BEZERRA, 2002, 2009).

Ratts (1998) também sublinhou que a partir da segunda metade do século XIX, tanto os processos políticos como a própria produção intelectual privilegiaram certas versões da história de índios e negros que foram construídas de forma a identificar os “índios” com a população regional e os “negros” como distintos do “cearense típico” (que seria uma mistura de brancos e índios), o que também reforçou a invisibilidade do negro. Nota-se ainda, dentro dos estudos desenvolvidos por Ratts (1998) que a categoria “escravo” era utilizada como sinônimo de “negro”, o que pode explicar o milagroso desaparecimento desse marcador no discurso dos que se dedicaram a grafar os processos históricos da região para seu registro intelectual, científico e mesmo governamental. Assim, a construção desses discursos - que podem ser vistos como mitos fundadores de um modo de representar parcelas da sociedade local - afirmam que o trabalho escravo no Ceará estava mais ligado aos serviços domésticos e aos poucos engenhos de rapadura, do que a um forte processo econômico escravocrata. Essa ideia de “escravidão branda” justificada por um contato íntimo, invisível, “menor” entre senhores e escravos teria corroborado para a percepção de que a escravidão quase não existiu no estado do Ceará (RATTS, 1998).

Marques (2013) destacou que os discursos veiculados pelas sociedades abolicionistas, sobretudo, pelos historiadores do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (carregados de uma compreensão linear da História), pretendiam justificar que a extinção do trabalho escravo era necessária para a inserção do país no cenário das nações liberais, consideradas “desenvolvidas”. Assim, tais construções teóricas estiveram alinhadas às ideias de boa parte da intelectualidade brasileira, nomeadamente das últimas décadas do século XIX, bastante comprometida em definir o “caráter do povo brasileiro” a partir de critérios que iam do étnico ao biológico. Havia uma preocupação quanto à tese, respaldada pela Ciência e que se defendia na época, de uma suposta “inferioridade racial dos negros” (NINA RODRIGUES, 1938, 2010) considerada um empecilho para a formação da identidade nacional e progresso da nação.

Desse modo, a abolição representada a partir da ideia de liberdade para a população identificada por marcadores raciais e culturais africanos foi estruturada como um projeto político das elites percebidas como “brancas” e “civilizadas”. Podemos compreender que nos “não ditos” da abolição se defendia a “evolução da sociedade” e uma

proposta de sociedade que passaria a ser definida como “nova, racional, civilizada, positiva e progressista”, porém, mais preocupada com a glória de seus “heróis cívicos”, que promoviam a “salvação e a regeneração”, do que com os próprios escravizados. Assim, construía-se para o Ceará, a ideia da ausência do “negro” na região do ponto de vista da sua própria existência (medida em porcentagem em comparação com outros estados).

Atualmente, há um debate acadêmico em torno dessa ideia tão difundida no senso comum quanto à não existência de “negros”, onde se procura a reconstituição de um passado que articule as contribuições dos descendentes de africanos para formação do povo cearense, em uma proposta de se evitar o silenciamento e se apagar a sua presença no Ceará pela historiografia local. Encontramos em diferentes autores a ideia de que as populações negras foram alijadas cultural e socialmente do processo histórico, excluídas como agentes atuantes nas lutas abolicionistas, portanto, do processo de formação da memória e da identidade (CUNHA JUNIOR; SANTOS, 2010; FUNES, 2000; MARQUES, 2013; RATTIS, 1998).

Esta breve reflexão histórica e as imagens encontradas na cidade de Redenção nos permitem observar os conteúdos discursivos e imagéticos que compõem as camadas do pensamento distribuído sobre povos que passaram a ser marcados por uma diferença racial e cultural na região em que a universidade foi criada. Tais imagens e representações acerca dos descendentes de africanos são revividas nas relações cotidianas e afetam de forma bastante incisiva e violenta a percepção e a expressão sobre os estudantes estrangeiros, moldando situacionalmente as suas identidades. As imagens encontradas na cidade, o entendimento de que as categorias “negro” e “escravo” são sinônimos bem como a ideia fictícia de uma inexistência do “negro” do Ceará justificam no presente discursos históricos e institucionais que subalternizam as populações negras. Ao identificar feixes de compreensão que aprofundam o nosso olhar para a situação cultural, violenta e desigual, em que se inserem os estudantes internacionais no Ceará na atualidade é possível compreender de forma mais profunda os desafios colocados a esses jovens em sua chegada para integrar uma política brasileira de internacionalização e interiorização das instituições de ensino.

Situações Concretas: a Vivência dos Estudantes em Redenção

Conhecer as relações inseridas no contexto de uma efervescência de novos processos promovidas pelas políticas públicas nacionais com a implementação da Unilab na cidade de Redenção implica em uma aproximação de situações sociais concretas que envolveram os estudantes estrangeiros e os brasileiros. A apresentação de algumas dessas situações nos coloca diante de ênfases e visões da cultura e dos interesses que emergem a partir de filiações a determinados grupos (CLIFFORD, 1997) que, em conflito ou em negociação, podem ser encontrados no cotidiano. Como veremos, nem sempre se conseguem estabelecer sociabilidades promotoras de um enriquecimento e troca cultural diante da ausência de comunicação entre os participantes e a força das imagens pré-concebidas e bastante cristalizadas ao longo do tempo – motores invisíveis de expressões e gestos que ferem e constroem os envolvidos.

Do ponto de vista dos estudantes internacionais, como relatado por uma jovem cabo-verdiana entrevistada, um dos maiores problemas é “viver com dignidade e respeito”. Assim, é recorrente nos relatos a dificuldade em conseguir moradia, seja pelos preços exorbitantes dos aluguéis, seja porque alguns proprietários “não querem alugar

seus imóveis para estudantes africanos”, culpando-os por serem muito barulhentos. Outros estudantes dos PALOP argumentaram que, por serem vistos como estrangeiros, as pessoas da cidade acham que eles têm muito dinheiro e aumentam o valor dos aluguéis, todavia dizem ser tratados de forma desqualificada e discriminatória, como se não pudessem pagar suas contas, ou viver de forma respeitosa com os vizinhos, sendo frequentemente também “acusados de falar muito alto em suas casas e fazerem confusão na cidade”¹³.

Essa visão que atribui aos estrangeiros uma melhor condição econômica é uma experiência frequentemente destacada e bastante vivenciada pelos estudantes internacionais na universidade e está associada à falta de conhecimento dos brasileiros em relação ao continente africano e aos seus próprios países. Mesmo com a introdução da lei nº 10.639, que entrou em vigência em 2003, tornando obrigatório o ensino da história da África, dos africanos e da história da cultura afro-brasileira no Brasil nas escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio, esse conhecimento produzido ainda é muito incipiente, e parece não ter gerado mudanças significativas sobre saberes e representações sobre a África na região em que está localizada a universidade.

Alguns estudantes internacionais relataram que ao serem identificados como africanos “pela aparência” (roupas, cabelos, cor da pele), ou pelos diferentes sotaques, são automaticamente tratados sem nenhuma distinção, de forma homogênea, “como se a África fosse um país”. Assim, a construção da diferença elaborada pelos brasileiros é organizada pela ideia de homogeneidade dos africanos. A diferença pode se expressar ainda de muitas maneiras, ora com tons de exotismo (e objetificação de seus corpos), ora com desconfiança (por serem vistos como estrangeiros), ou mesmo sendo apontados como pessoas “incapacitadas”, que “precisam de ajuda”, em razão de um suposto “atraso cultural e intelectual”. Sobre esse tema uma das entrevistadas, de Cabo Verde, relatou que um dia, após chegar da aula noturna, estava conversando com as amigas em casa antes de irem dormir, e ouviram a vizinha gritar: “Africanos, africanos! Bora dormir!”. A referência às estudantes pelo continente de origem, por meio do convite da vizinha ao sono, se relacionava ao silenciamento de pessoas que não pertencem àquele local.

Outros pesquisadores, como Morais e Silva (2011), Fonseca (2009), Hirsch (2007), Subuhana (2005), ressaltaram em suas pesquisas realizadas em outras capitais brasileiras, incômodos semelhantes por parte de estudantes africanos. Carlos Subuhana (2005), antropólogo moçambicano, também destacou que o “preconceito racial” é um dos maiores motivos de incômodo no cotidiano dos estudantes moçambicanos no Rio de Janeiro, e que “o reconhecimento de ser tanto universitário como estrangeiro é o que atenuaria a experiência negativa de se sentirem em desvantagem social por serem negros” (SUBUHANA, 2005, p. 99). Morais e Silva (2011) reforçam que situações de discriminação em atendimentos em lojas, supermercados ou restaurantes em Brasília e em São Paulo são frequentemente relatados por estudantes africanos, homens e mulheres, de diferentes nacionalidades. Motta (2017, p. 280) também sublinhou, a partir de pesquisa realizada em Pernambuco, que para a grande maioria dos brasileiros ainda permanece “a ideia de uma África pastoral, povoada por grupos tribais - sem vida urbana ou qualquer traço de modernidade”.

¹³ É importante notar que Redenção é uma cidade extremamente barulhenta, com muitos carros de som circulando com propagandas durante o dia, enquanto à noite bares e carros particulares disputam o território sonoro local. Além dos cultos religiosos que são realizados com caixas de som potentes.

Em outras situações que destacamos, os estudantes de países africanos ainda podem ser discriminados ao serem confundidos com o “negro brasileiro” e identificados como “bandidos”. Essa é uma problemática recorrente e um dos grandes desafios entre os estudantes que vivem em outras regiões do Brasil. A questão da violência, das desigualdades e da discriminação no Brasil foi ressaltada em pesquisa anterior em Mourão (2018) a partir dos relatos de estudantes cabo-verdianos, moradores da zona Sul do Rio de Janeiro, sobre embates constantes com a polícia. Policiais com abordagens agressivas, ao perguntarem sobre “a sua favela de origem e o que eles faziam naquele bairro”, relacionaram a cor da pele dos estudantes à classe baixa e à criminalidade.

Isso revela o que pesquisadores vêm apontando sobre a discriminação racial no Brasil, de um modo geral, que se estabelece por meio de marcadores sociais percebidos, sobretudo, na corporalidade, produzindo uma íntima relação entre raça e classe, e também entre raça e gênero (GOMES, 2002). Um exemplo disso, como analisado por Pacheco (2008), é a forma como os homens negros e/ou mulatos são tratados: ora na condição de jogador de futebol, de sambista (de forma folclórica e lúdica), ora associados à figura do malandro ou bandido (vistos com desconfiança e como perigosos), sendo identificados como mais capazes de atitudes desonestas e/ou violentas do que as mulheres negras e/ou mulatas; as primeiras relacionadas ao trabalho escravo e/ou doméstico e as segundas ao sexo (CORRÊA, 1996, GIACOMINI, 2006). Como ainda apontou Gomes (2002), os sinais diacríticos do corpo negro (nariz, boca, cor da pele, cabelo), comparados com os do branco (europeu), são usados até hoje como argumento para formulações de padrões de beleza e de feiura e também de moralidade.

É possível conceber, por outro lado, que a falta de conhecimentos e criação de imaginários estereotipados ocorrem em ambos os lados, no Brasil e em África. Tanto os estudantes brasileiros como os estudantes internacionais acionam no presente esses lugares e representações ambíguas construídas durante um longo processo histórico. No confronto cotidiano com as diferenças, rotulamos, classificamos e aplicamos modos de perceber aprendidos e pelos quais nos guiamos, que são acionados em forma de preconceitos (no sentido de conceitos previamente construídos) sobre os “outros”. Rocha (1994, p. 13) traz a ideia de que esse tipo de reação etnocêntrica, intrínseca às situações de contato com a diferença, poderia ser considerada um tipo de etnocentrismo “cordial”. No entanto, o fenômeno do etnocentrismo pode ser revertido de reações violentas de aversão pelo “outro” como “algo a ser destruído”. Assim, percebemos que do lado dos estudantes internacionais, há uma ideia romantizada do Brasil como um país “racialmente cordial”, lugar da convivência harmônica entre bancos e negros, mostrando o desconhecimento sobre a realidade que, antes de sair de seus países, iriam encontrar.

A percepção quanto as diferenças culturais marcam um outro eixo de reflexão sobre os conflitos encontrados nas interações do cotidiano desses jovens. Em 2016, durante uma comemoração de aniversário, na casa de uma das estudantes cabo-verdianas entrevistadas no documentário – em um prédio pequeno, onde praticamente só moravam estudantes internacionais –, ocorreu uma dessas situações que foi presenciada no período da realização da pesquisa de campo. Era uma festa organizada apenas entre meninas, aproximadamente 10 jovens, seis de Cabo Verde, duas de Moçambique e duas de São Tomé e Príncipe, com idade entre 20 e 25 anos, que conversavam e ouviam músicas no computador. Depois dos parabéns, que foram cantados por volta de meia noite, um homem, com idade entre 60 e 65 anos, passou em

frente ao prédio gritando: “Vocês vêm pra cá só pra fazer putaria, abaixa esse som! Nós é que mandamos aqui, Redenção é nosso, não é de vocês. Vão se foder! Africanos de merda! Voltem de onde vieram!”.

A situação foi bastante constrangedora, fazendo com que as meninas falassem todas ao mesmo tempo e muito nervosas: “somos humilhadas constantemente, não queremos ficar em Redenção”. Uma delas relatou que até mesmo o padre da igreja já havia dito, durante a missa, que “a música dos africanos era coisa do demônio”. Outra estudante, bastante irritada, argumentou que “‘putaria’ mesmo era o que acontecia no posto de gasolina, com os paredões tocando funk e forró, e as brasileiras com os shorts curtíssimos que mostravam a bunda”. Uma delas disse ainda: “na época das festas de São João temos que ouvir músicas de quadrilha na rua à noite inteira, mas as nossas próprias músicas não podemos ouvir em nenhum lugar. Não temos espaço para diversão”. Elas mostraram perceber que seus espaços de sociabilidade eram reduzidos e reprimidos, revelando uma nítida disputa por espaço e por tentativa de impor um modo de expressão e de se estar no mundo que mostra que o que está em jogo é: “vocês estrangeiros, negros e africanos, ou se adequam ou vão embora”. Essas situações, além das diversas formas de silenciamento de sujeitos vistos como diferentes, revelam ainda os conflitos entre códigos culturais e configurações nacionais distintas. Tal contraste produz identidades distintas separadas entre os que fazem parte e os que não fazem; os que têm direitos e deveres comuns e os que não têm (WOODWARD, 2000).

Ainda é relevante considerar a própria construção discursiva inserida no cenário de criação da Unilab. Em uma das gravações do filme *Do Outro Lado do Atlântico*, encontramos uma conversa no restaurante universitário da Unilab entre duas estudantes cearenses da região do Maciço de Baturité e dois rapazes, um de Angola e outro de Cabo Verde, que permite identificar a conexão direta entre “escravizados” e “africanos” percebida pelas estudantes brasileiras. Uma das meninas, ao responder sobre como a comunidade local via a chegada dos estudantes de fora, disse:

[...] nós somos [de] uma cidade provinciana, uma cidade pequena que sempre foi marcada pelo preconceito, sempre. Até hoje é. Porque a gente teve conscientização nas escolas, mas nas ruas não se imaginou projetos sociais que preparassem a comunidade pra dizer: “olha a gente vai pagar uma dívida”, porque nós temos uma dívida com vocês, com os escravos. A gente vai pagar uma dívida com os africanos, com os escravos, e eles vão vir pra cá para poder estudar. Eles vieram pra cá escravos e vão sair doutores (DO OUTRO..., 2016).

Ao informar que a comunidade não estava preparada para recebê-los, reproduziu sem maiores explicações que o projeto Unilab era a “reparação da dívida com os africanos”. Aos olhos dos estudantes internacionais, a questão da escravidão não teria grandes correlações com o modo como a comunidade os recebe muito menos seria a razão para terem vindo de seus países para uma formação no ensino superior. Assim, se percebe a força de narrativas associadas a uma “dívida do Brasil com a África” a partir da escravidão que, embora seja um discurso produzido no contexto da política nacional de afirmação de direitos, acaba por ativar estereótipos e imagens negativas sobre os estudantes africanos (seus corpos negros e locais de origem).

Um dos rapazes, de Angola, em seu relato individual, disse:

O racismo é uma das coisas que eu não esperava encontrar, né, pela diversidade, pela história, por aquilo que o continente africano fez ou trouxe para o Brasil. Muita gente diz que África e Brasil é quase a mesma coisa, né, encontrar essa disparidade, não sei se seria o termo, de vivência, acho que não seria o local ideal pra isso.

Desse modo, a relação direta da presença desses estudantes na cidade de Redenção com a escravidão não é algo que faça sentido para um jovem (ou uma jovem) de Cabo Verde, Guiné-Bissau ou Angola, para quem as histórias nacionais passam por outros caminhos de construção – em especial, ligados ao processo colonizador, como foi destacado no relato acima. Em geral, os estudantes africanos têm a ideia de que a vinda para o Brasil irá “abrir os seus horizontes”, sendo difícil imaginar que passarão por situações de intenso preconceito racial, como observado pelo estudante angolano.

É interessante notar, mesmo em Fortaleza, a força da narrativa de inexistência do “negro” no Ceará era fortemente sentida por estudantes africanos da capital. Outro interlocutor cabo-verdiano entrevistado para o filme, também esboçou com surpresa suas impressões sobre o racismo sentido por ele ao chegar ao Ceará em 2007:

‘Não, aqui não tem muito negro não, quase não tem. Só tem na Bahia, no Maranhão’ [disse seu interlocutor]. Aí que eu fui tentar entender como é que funcionava isso. E quando eu falei que tava sofrendo racismo, as pessoas disseram: ‘aqui não tem isso porque nós somos o primeiro estado a abolir a escravidão’. Eles falaram tanto isso pra mim, que eu quase acreditava nisso [...] É recorrente dizer que aqui não tem negro. Olha pra tu ter noção eu fiquei tão perturbado que eu comecei a contar. Sabe o que é você tá no ônibus contando os negros?

Era recorrente ouvir de muitos estudantes, durante as entrevistas realizadas para o filme, bem como em entrevistas e conversas durante a pesquisa de campo do projeto DCR, que em seus países “não tinham que pensar que eram ‘negros e africanos’, que sabiam disso, mas que lá não eram lembrados disso o tempo todo”. Entretanto, no Brasil, no Ceará, em Redenção, isso é dito para eles todos os dias, seja de forma ofensiva e direta, seja de forma mais sutil. Em ambos os casos, são sempre dizeres etnocêntricos carregados de muita falta de informação sobre a História da África, de preconceitos e de estereótipos. No relato de uma das estudantes cabo-verdianas entrevistadas na pesquisa também foi destacado que dentro da universidade havia uma nítida separação entre africanos e brasileiros nas salas de aula e no *intercampi*, e que os brasileiros evitavam sentar ao lado dela no ônibus intermunicipal, nas viagens para Fortaleza.

O conjunto de situações selecionadas para uma reflexão inserem-se no estranhamento provocado pelo novo com a chegada e o encontro entre jovens do interior do Ceará e de origem africana dos países de língua portuguesa. Estrangeiros e locais, os “de fora” e os “de dentro” passam a ser categorias construídas nesses espaços de interação e que envolvem a complexidade dos elementos aqui apresentados (raciais, étnicos, xenofóbicos). O termo “estrangeiro” adquiriu nos últimos anos em Redenção uma ênfase negativa por estar localizado nessa balança entre os que chegaram primeiro e os que vieram depois. Entre os estabelecidos e os *outsiders*, uma divisão territorial começou a se fixar, “como se fossem dois mundos” (ABRANTES, 2020; ELIAS, 2000).

Percorrer algumas das situações como as que apresentamos acima nos mostra a complexidade dos entrelaçamentos discursivos marcados por diferentes aspectos do mundo contemporâneo. Tais representações compõem a experiência de situações de expansão e exploração econômica globais que se organizam dentro de zonas de contato geradoras de desigualdade (ABRANTES, 2012, 2014b). Esses processos de longa duração interferem e modelam as possibilidades para a sociabilidade dos jovens que, em busca de um enriquecimento cultural e profissional, acabam por serem envolvidos nas camadas da história e das estruturas de poder cristalizadas no tempo.

Considerações Finais

Propôs-se aportar a este artigo uma reflexão acerca das representações sobre os estudantes de países africanos acionadas nas interações cotidianas a partir da criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), um espaço que possibilitou o encontro entre jovens vindos de diferentes regiões do Maciço de Baturité e de países dos PALOP para a formação no ensino superior. Assim, a cidade de Redenção, onde está situada a universidade passou, desde 2011, a integrar o local e global e nos desafiou na compreensão de processos migratórios, identitários e étnico-raciais desde a África até o Brasil.

Esses encontros foram analisados por meio de identidades que se encontravam atravessadas por estranhamentos mútuos e situações de rejeição aos estudantes estrangeiros, ativadas por antigos e novos conflitos étnico-raciais brasileiros. Inspirando-nos em Hall (1990), procuramos localizar essas novas identidades em uma perspectiva que incorpore as experiências traumáticas do passado e os modos como as pessoas “negras” foram e ainda estão sujeitas a regimes dominantes de representação.

As reflexões deste artigo foram produzidas procurando revelar um panorama onde novas relações foram construídas entre jovens estrangeiros e brasileiros do Maciço de Baturité. Assim, considerou-se as representações a partir das marcas de um racismo estrutural composto por um modo muito particular de narrar a história por parte de setores da sociedade interessados em estabelecer vazios, silêncios e ausências na agência e força dos povos africanos ao longo do século XX. É nesse sentido que o artigo avançou em realizar uma reconstituição dos discursos acadêmicos e das imagens sobre a abolição da escravidão presentes no Ceará, procurando dar conta do impacto desses conteúdos na experiência cotidiana e sentidos por estudantes que acabam sendo identificados em uma linha contínua e direta com esse passado. Por outro lado, marcas do exótico e distante, identificadas como centrais nas interações entre “locais” e “estrangeiros” mantinham o diálogo e a comunicação ineficazes, colocando em risco as expectativas de integração internacional e de desenvolvimento regional propostas pela universidade.

A coleta de dados por meio da convivência e proximidade com os jovens estrangeiros, possível a partir da longa trajetória de pesquisa sobre estudantes africanos no Brasil bem como de vínculos institucionais, permitiu trazer para reflexão falas e situações rotineiras vividas no interior do Ceará. Procuramos delinear alguns caminhos reflexivos sobre essas experiências que nos conduziram a pontos do passado da escravidão ou mesmo ao modo dominante de se perceber a “liberdade do negro” no Ceará, heroica enquanto destituía (e ainda destitui) os descendentes de africanos (brasileiros) de uma presença no tempo contemporâneo (FABIAN, 2013).

A chegada e a experiência de ser “estudante estrangeiro” nesta parte do Brasil aciona imaginários e identificações mostrando a incoerência de uma “ausência negra” que é ao mesmo tempo uma “presença branca” - tão cara à identidade local. Pesquisas futuras poderiam avançar nesse ponto sobre como a presença da África contemporânea no Brasil e de como esse acesso à formação superior de indivíduos negros (bem como de outras minorias sociais brasileiras) faz estremecer os pilares das representações hegemônicas. O espaço universitário é permeado de expectativas quanto ao acesso a certas posições sociais que são exclusivas a classes e pertencimentos étnico-raciais específicos. Tais desenvolvimentos também poderiam aprofundar uma reflexão sobre os desafios de um indivíduo ou grupo familiar de se ver “negro” e as razões para se evitar ser “negro”, escolhas que estão conectadas em grande medida a questões econômicas e à necessidade de participar de grupos constituídos pelo privilégio da branquitude (CARDOSO, 2018).

Referências

- ABRANTES, Carla Susana Além. *Problemas e soluções para a gestão de Angola: um estudo a partir do ensino superior de administração colonial*. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- ABRANTES, Carla Susana Além. O ensino superior em Redenção (CE), Brasil: comentário sobre um arquivo virtual. *O Público e o Privado*, Fortaleza, v. 23, p. 135-144, 2014a.
- ABRANTES, Carla Susana Além. Repertórios do conhecimento em disputa: trabalhadores indígenas e agricultores no colonialismo português em Angola, 1950. *Anuário Antropológico*, Brasília, p. 195-218, 2014b.
- ABRANTES, Carla Susana Além. Um texto acadêmico para uma ação política: a Unilab e os episódios de violência em Redenção e Acarape. In: BÁRROSO, M. M.; ABRANTES, C. S. A. *Antropologia, cooperação internacional e processos de formação de Estado: entre práticas de governo e práticas da política*. Rio de Janeiro: ABA Publicações, 2020.
- APPADURAI, Arjun. Colocando a hierarquia no seu lugar. Tradução de Cláudia Rezende. In: MARCUS, George (org.). *Rereading cultural anthropology*. London: Duke University Press, 1992.
- APIAH, Kwame Anthony. A. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- BARTH, Fredrik. Temáticas permanentes e emergentes na análise da etnicidade. In: VERMEULEN, Hans; GOVERS, Cora. (org.). *Antropologia da etnicidade: para além de “ethnic groups and boundaries”*. Lisboa: Fim de Século, 2003. p. 19-44.
- BERREMAN, Gerald. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia. In: ZALUAR, Alba. *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975.
- BEZERRA, Analúcia Sulina. *A confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Quixeramobim*. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.
- BEZERRA, Analúcia Sulina. *Bastiões: memória e identidade negra*. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.
- CARDOSO, Lourenço. *Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil*. Curitiba: Appris Editora, 2018.
- CLIFFORD, James. *Routes: travel and translation in the late twentieth century*. London: Havard University Press, 1997.
- CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

- COELHO, Rafael Franco. Algumas notas sobre a história do cinema documentário etnográfico. *Revista Comunicación*, Piura, v. 1, n. 10, p. 755-766, 2012.
- CORRÊA, Mariza. Sobre a invenção da mulata. *Cadernos Pagu*, São Paulo, n. 6-7, p. 35-50, 1996.
- CUNHA JUNIOR, Henrique; SANTOS, Marlene Pereira dos. População negra no Ceará e sua cultura. *Revista África e Africanidades*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 11, p. 1-10, 2010.
- DELGADO, Paulo S. Graça; MELO, Marilândes M. Ribeiro. Reforma Educacional em Cabo Verde e a Internacionalização das Políticas Educacionais. *Mediações*, v. 21, n. 2, p. 26-48, 2016.
- DO OUTRO lado do atlântico. Direção: Daniele Ellery Mourão e Márcio Câmara. Produção: Deberton Filmes. Fortaleza: Euphemia Filmes, 2016. digital/full HD (90 min).
- DUARTE, Andressa Maria Gomes de Oliveira. *O Brasil como estratégia ascensional: convênios, interesses e trajetórias de estudantes cabo-verdianos e angolanos na universidade brasileira*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FABIAN, Johannes. *O tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto*. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- FONSECA, Dagoberto José. A tripla perspectiva: a vinda, a permanência e a volta de estudantes angolanos no Brasil. *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 1, p. 23-44, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. In: SOUSA, Simone (org.). *Nova história do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2000.
- GIACOMINI, Sônia Maria. Mulatas profissionais: raça, gênero e ocupação. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 85-101, 2006.
- GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 40-51, 2002.
- GONÇALVES, Adelaide; FUNES, Eurípedes. Abolição: manifestação e herança. A abolição da escravatura no Ceará: uma abordagem crítica. *Cadernos do NUDOC*, Fortaleza, n. 1, p. 29-42, 1988.
- GUSMÃO, Neusa. África e Brasil no mundo acadêmico: diálogos cruzados. In: COLÓQUIO SABER E PODER, 2008, Campinas. *Anais [...]*. Campinas, 2008.
- HALL, Stuart. Cultural identity and diaspora. In: RUTHERGORD, J. (ed.). *Identity, community, cultural difference*. London: Lawrence & Wishart, 1990. p. 222-237.
- HIRSCH, Olívia Nogueira. *Hoje eu me sinto africana: processos de (re)construção de identidades em um grupo de estudantes cabo-verdianos no Rio de Janeiro*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- MACAMO, Elísio. A constituição duma sociologia das sociedades africanas. *Estudos Moçambicanos*, Maputo, n. 19, p. 5-26, 2002.
- MARQUES, Janote Pires. A invisibilidade do negro na história do Ceará e os desafios da Lei 10.639/2003. *Poiésis*, Tubarão, v. 7, n. 12, p. 347-366, 2013.
- MELO, Marilândes Mól Ribeiro; DELGADO, Paulo Sérgio Graça. Reforma Educacional em Cabo Verde e a Internacionalização das Políticas Educacionais. *Mediações*, v. 21, n. 2, p. 26-48, 2016.
- MORAIS, Sara Santos; SILVA, Kelly Cristiane. Estudantes de países africanos de língua oficial portuguesa nas universidades brasileiras: tensões de sociabilidade e dinâmicas indenitárias. In: CONGRESSO LUSOAFROBRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 9., 2011, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2011.

- MOTTA, Antônio. I'm not exotic, i'm exhausted: africanos no Brasil, culto da elegância e consumo de luxo. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, v. 57, p. 270-294, 2017.
- MOURÃO, Daniele Ellery. *Identidades em trânsito: África 'na Pasajen': identidades e nacionalidades guineenses e cabo-verdianas*. Campinas: Arte Escrita, 2009.
- MOURÃO, Daniele Ellery. Estudantes cabo-verdianos do ensino superior no Brasil e em Portugal: projeto de vida e elaboração de identidades. *Revista Antropológicas*, Recife, ano 20, v. 27, n. 1, p. 155-186, 2016.
- MOURÃO, Daniele Ellery. *Partir, permanecer, regressar: estudantes cabo-verdianos entre Brasil e Portugal*. Fortaleza: Edições UFC, 2018.
- MUDIMBE, Valentin-Yves. *The invention of Africa: gnosis, philosophy, and the order of knowledge*. Bloomington: Indiana University Press and James Currey, 1988.
- MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.
- MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Niterói: EdUFF, 2000.
- MUNGOI, Dulce Maria Domingos Chalé João. *O mito atlântico: relatando experiências singulares de mobilidade dos estudantes africanos em Porto Alegre no jogo de reconstrução de suas identidades étnicas*. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- PACHECO, Ana Cláudia Lemos. *Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia*. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- PORDEUS JUNIOR, Ismael. Cearensidade. In: CARVALHO, Gilmar. (org.). *Bonito pra chover*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003.
- PORDEUS JUNIOR, Ismael. *Umbanda: o Ceará em transe*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.
- RATTS, Alecsandro José Prudêncio. Os povos invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará. *Cadernos CERU*, São Paulo, v. 9, p. 109-127, 1998.
- ROCHA, Everardo. *O que é etnocentrismo*. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos, n. 124)
- RODRIGUES, Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.
- SAID, Edward Wadie. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SUBUHANA, Carlos. *Estudar no Brasil: imigração temporária de estudantes moçambicanos no Rio de Janeiro*. 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: TOMAZ, Tadeu da Silva (org.); HALL, Stuart.; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

Declaração de Co-Autoria (excerto): “Embora, de início, cada seção estivesse sob a responsabilidade de uma das autoras, as sugestões dos pareceristas exigiram uma revisão significativa do manuscrito. Assim, todas as seções, incluindo a Introdução e as Considerações Finais, foram redigidas de forma conjunta por ambas as autoras.”